

ILUMINAR
A
LIBERDADE



ABRIL
25 anos

“ILUMINAR A LIBERDADE”

Adão Silva
Adérito Branco
Alcina Correia
Amândio Gomes
António Afonso
António Morais
Belarmino Afonso
Dionísio Gonçalves
Eduardo Carvalho
Fernando Calado
Fernando Subtil
Francisco Cepeda
Helena Génésio
Henrique Ferreira
João Jacob
Jorge Nunes
José Monteiro
Luís Ferreira
Luís Mina
Telmo Moreno
Raúl Morais
Teresa Barreira
Vergílio Lemos

Assembleia Municipal de Bragança
Comissão das Comemorações dos 25 anos do 25 de Abril - Bragança

Com linguagens poéticas diferentes, com diferentes atitudes culturais e ideológicas, foram também os poetas que mantiveram viva a chama da Liberdade em Portugal.

A poesia soube sempre dar respostas ou pelo menos, foi sempre capaz de colocar perguntas, transformando-se assim num acto de Liberdade. De um estado de clandestinidade libertadora do mundo, veio para a rua e transformou-se em grito de esperança, de Liberdade.

O poeta, profeta ou mágico, anunciou a Liberdade; o teatro fê-la saltar dos livros e tornou-a humana e, numa madrugada de Abril, soltaram-se as palavras dos poemas e correram de boca em boca e o povo recebeu-as com cravos vermelhos nas mãos.

E o poeta cantou *As portas que Abril abriu!*

HENRIQUE FERREIRA

«O 25 DE ABRIL» VALEU A PENA

Quis a Assembleia Municipal de Bragança comemorar os 25 anos do «25 de Abril», através da elaboração de um livro, exprimindo visões e testemunhos vários de personalidades do Município de Bragança. Em boa hora o fez pois o espírito do Movimento das Forças Armadas que desencadeou o Golpe de Estado da madrugada do dia 25 de Abril de 1974 representa os ideais da democracia política e social, da promoção da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento económico, social e cultural igualmente repartido.

Pretendo prestar o meu testemunho mais ao nível da análise global dos acontecimentos do que ao nível do relato da minha participação, na medida em que esta aconteceu por acaso, pelo facto de estar a cumprir o serviço militar obrigatório na altura. Assim, se contribuí decisivamente, no plano operacional, para o «25 de Abril de 1974» e para o «25 de Novembro de 1975», não fui nem um preparador nem um planificador do «25 de Abril» como os «Capitães de Abril», (embora o tenha sido do «25 de Novembro»), Capitães que prepararam, por razões corporativas, numa primeira fase¹, e com objectivos políticos, a partir de Setembro de 1973, o «Golpe Militar» e o derrube do Regime Salazar-Caetanista, que vigorava desde 1928, na prática, e desde 1933, formalmente².

1. O Estado no Portugal pré-25 de Abril de 1974

Portugal foi, na prática desde 1928 e, formalmente desde 1933, e até 25 de Abril de 1974, uma república centralista,

autoritária, semi-fascista e de partido único (a União Nacional), baseada em três pilares: 1) a pseudo-legitimidade democrática do Presidente da República; 2) o cristianismo e a tradição cultural portuguesa; e 3) o aparelho repressivo: Exército e Polícias (PIDE, GNR e Polícia).

Não havia nem liberdade de associação política, nem de expressão pública, nem direito de reunião pública, nem liberdade de imprensa, nem ainda liberdade religiosa. E todos aqueles que se manifestassem contra o regime eram acusados de comunistas ou socialistas e presos. Só havia liberdade de iniciativa económica, controlada, e de associação cívica, desde que sem fins políticos. O Regime defendia o apoliticismo dos cidadãos, assim como a sua passividade.

Um dos lados mais horrorosos do regime consistia na actuação da Polícia Política (PIDE - Polícia Interna de Defesa do Estado, mais tarde DGS - Direcção Geral de Segurança). Tal actuação manifestava-se pela perseguição a todos aqueles que os informadores desta Polícia, «os bufos», acusassem de acções contra o regime. Ora, tais acções também podiam ser imaginadas por eles próprios ou pela própria Polícia, em consequência de vinganças pessoais, podendo ainda fundamentar-se em meros boatos ou intenções pessoais.

No plano da organização da Administração Pública, toda a Administração era centralizada, sendo os Presidentes das Câmaras Municipais (chamadas Corpos Administrativos) e os respectivos Vereadores, e até os Reitores das Universidades, nomeados pelo Governo, mediante confiança e mandato políticos.

A Constituição de 1933 fez depender a legitimidade do Governo da eleição, por sufrágio universal, do Presidente da República. Porém, é preciso dizer em que consistia tal sufrágio universal. Dos cadernos eleitorais, cujo primeiro recenseamento ocorreu em 1928, apenas constavam os homens soubessem ler e

escrever, e as mulheres solteiras que soubessem ler e escrever.. Assim, só havia 1.800.000 recenseados, num universo de quatro milhões possíveis. O recenseamento só foi actualizado em 1970, com as mesmas premissas, passando o número de recenseados para 2.700.000 num universo de seis milhões de recenseáveis. O que é curioso é que só eram acrescentados aos cadernos eleitorais os eleitores que conviessem ao regime.

O Presidente da República era a fonte de uma pretensa legitimidade do Governo. Nomeava o Presidente do Conselho de Ministros e ós Ministros propostos por este. Como quem governava era o Presidente do Conselho de Ministros, que ao mesmo tempo era o Presidente do Partido Único, a União Nacional (Partido do Governo), era ele quem, de facto, detinha o poder de influência e, sendo assim, depressa se inverteram as práticas: em vez de mandar, o Presidente da República passou a ser mandado.

Entre 1930 e 1946, os valores essenciais do regime foram os definidos por Salazar: o ruralismo, o cristianismo, o apoliticismo dos cidadãos, os heróis e santos da nossa história e o ódio à cidade, como fonte do mal e do «revirinho» comunista.

Após o final da II Guerra mundial, Portugal foi «obrigado» a realizar «eleições», pelo «mundo ocidental». O modelo acima descrito foi tolerado pelos países do Ocidente. A pseudo-liberdade de oposição ao regime consistia em deixar as oposições fazer campanha eleitoral, perder as eleições porque os cadernos eleitorais estavam viciados e, no dia seguinte, serem os seus membros presos por desobediência ao regime. E, sendo funcionários públicos, demitidos do emprego. Mais de seiscentos funcionários do Estado foram demitidos. E mais de 100, presos políticos, foram mortos. Muitos mais, de uns e de outros, tiveram de sair do país para não serem presos, acusados de praticarem actos contra o regime. Um acto contra o regime era dizer que se não concordava com a política seguida pelo Governo, ou ainda dizer-se socialista ou comunista,

ou mesmo social-democrata.

Em 1948, Portugal foi «obrigado» pelos Ingleses e Americanos a aderir à ONU, e em 1949 à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, em inglês NATO). Começariam então a manifestar-se várias pressões internacionais para a abertura do país ao exterior, para a industrialização do país, e para uma maior igualdade social. Em vão. O regime permaneceria autoritário e semi-fascista até 1974, e rural até ao início da década de 60, começando a ficar isolado internacionalmente a partir do simulacro de eleições para o Presidente da República, em 1958, em que o candidato da oposição, o General Humberto Delgado, ganharia facilmente, se as eleições fossem livres, não passando dos 19% oficiais com as eleições controladas pelo regime.

Em 1960, dois outros factos abalam profundamente o regime: 1) o assalto ao paquete Santa Maria, comandado por Henrique Galvão, o qual chamou todas as atenções internacionais para Portugal; e 2) a invasão de Goa, Damão e Diu pelas tropas indianas, com a conseqüente incorporação destes territórios na nação indiana. Salazar chegaria a afirmar que teria preferido que todos os militares portugueses tivessem morrido em combate, sem meios, pela Pátria.

Finalmente, em 1961, iniciava-se a guerra colonial em Angola, estendendo-se a Moçambique (1963) e à Guiné (1964). Ao contrário das outras nações do Ocidente, Portugal não havia concedido, durante a década de 50, a independência às suas possessões ultramarinas. E uma teimosia injustificada manteria uma guerra durante 14 anos, até que, na sequência do «25 de Abril» foi dada a independência, em condições muito difíceis para Portugal. Nessa guerra morreram 13.000 homens; 60.000 ficaram feridos fisicamente; e 200.000 traumatizados psicologicamente.

A um cada vez maior isolamento internacional correspondia internamente uma cada vez maior repressão política. Salazar diria em 1966 que não podia legalizar os Partidos Políticos porque

só dois - o Comunista e o Democrata Cristão - estavam organizados (nem imaginava como tinha razão, e como a história lhe daria passados oito anos ao, na sequência do «25 de Abril», fazer emergir o Partido Comunista como senhor absoluto da cena política portuguesa, até que as forças democráticas se organizassem, a partir de meados de 1975).

Salazar ficou física e psiquicamente impossibilitado de governar a partir de Setembro de 1968. Américo Tomás, o Presidente submisso substituiu-o por Marcelo Caetano que propôs uma «evolução na continuidade», falando de uma abertura democrática controlada. Porém, ou não teve coragem, ou não soube, ou os «ultras» do regime não o deixaram e, em 1974, Portugal estava prisioneiro de si próprio, à espera de um salvador político.

1. A Sociedade no Portugal pré-25 de Abril de 1974

A sociedade portuguesa, no Estado Novo (1930-1974) era uma sociedade maioritariamente rural, tradicionalista, católica e profundamente hierárquica, onde a ordem e a autoridade eram impostas pela repressão. Em 1930, havia 70% de analfabetos e 80% das pessoas a viverem nos campos e dos campos, através de uma agricultura tradicional e de subsistência.

Apesar da emigração para o Brasil nas décadas de 40 e 50 (estimada em 600.000 pessoas), a terra estava excessivamente dividida e havia muita gente a passar fome, pois, desde 1930, a população rural não parava de aumentar.

As informações que chegavam da Europa do pós-guerra, no final dos anos 50, eram de grande prosperidade nesses países e, a partir de 1958, desencadeia-se uma vaga de emigração clandestina para a Europa (França, Luxemburgo, Suíça e Alemanha), que haveria de levar para esses países, ao longo dos quinze anos seguintes, um milhão e meio de habitantes.³

As pressões internacionais, manifestas desde 1946, para a industrialização e modernização de Portugal tiveram respostas controladas por parte do Governo Português. Durante a década de 50, o Governo tentou um desenvolvimento económico, a partir do Estado. Marcelo Caetano chamou-lhe-ia em 1958 «socialismo sem doutrina». Porém, durante a década de 60, o regime abria as portas ao capital estrangeiro, até como contrapartida para o apoio político na guerra colonial, e a economia portuguesa começou a industrializar-se, aderindo Portugal à EFTA, em 1970.

Porém, em 1970, com 8,6 milhões de habitantes, Portugal tinha ainda 30% de pessoas a viverem da agricultura, 60% de pessoas a viverem em localidades não urbanas; 30% de analfabetos, 65% de pessoas com não mais que a instrução primária, 65% da população sem água canalizada, sem saneamento e sem energia eléctrica. Além disso, não havia nem um sistema de saúde, nem um sistema de segurança social. E ostentava apenas 32 km de auto-estrada, entre Lisboa e Vila Franca de Xira.

O movimento de industrialização daria origem ao crescimento demográfico das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, acentuando o êxodo das populações do resto do país, quer para estas duas áreas metropolitanas, quer para a Europa. Este movimento da industrialização foi acompanhado de outros dois movimentos: a expansão da educação, a partir de 1948, e o incremento da construção das infra-estruturas, sobretudo barragens e estradas, a partir de 1950.

De qualquer forma, haveriam de ser as vertentes da industrialização e da educação as coveiras do regime. A modernização industrial por duas razões: 1) os valores que ela apregoava estavam frontalmente contra o fechamento do regime porque com um regime anquilosado em termos de direito, a burguesia industrial e comercial ficava sem margem de manobra para poder desenvolver-se; 2) ao juntar os operários na fábrica, a

modernização industrial não podia impedir a propaganda das ideias contra o regime, e o jornal «Avante» e o Partido Comunista desempenharam aqui um importante papel.

A educação, porque ao conhecerem-se novas práticas governativas e sociais, e ao juntarem-se estudantes, estavam criadas as condições para a contestação, já manifesta em 1961, nas Universidades. E em vão tentou o regime controlá-la, mesmo pelos processos mais violentos de repressão.

Em 1950, terminaram a 4ª classe 24.000 crianças, e em 1970, 112.000. A escola primária estava ganha. E o resto? Em 1973/74, apenas 65% das crianças frequentavam o 6º ano de escolaridade; apenas 55% frequentavam o curso secundário geral; apenas 25% o secundário complementar. E apenas 3% frequentavam o ensino superior, concluindo-o 1,5% .

Em 1970, a Sociedade estava completamente divorciada do Estado (as anedotas eram prova disso) mas só um golpe de força das Forças Armadas poderia derrubar um regime apoiado nas elites das Forças Armadas, constituindo elas também, como a PIDE, um Estado dentro do Estado, divorciado da sociedade. Porém, havia alguns oficiais mais informados e socializados politicamente pelos países da NATO e isso foi fatal para o regime Salazar-Caetanista que caiu como um baralho de cartas, e sem tiros, no dia 25 de Abril de 1974, ao fim da tarde.

O enorme apoio popular aos Capitães de Abril demonstrou que o regime já não tinha praticamente apoio social.

A partir de 1968, a conjuntura económica internacional começou a deteriorar-se profundamente e um país periférico como Portugal sofreria fortemente as consequências: inflação, perda de poder de compra por parte de todas as classes sociais e queda nas taxas de crescimento económico. A inflação foi-se progressivamente agravando desde 1960, situando-se, em 1969, em 9%, e em 1973, em 13, 1% . Ao contrário do que era propala-

do, o Estado Novo chegava ao final de 1973 com uma inflação total de 655%, entre 1930 e 1973, ainda que o Orçamento de Estado tivesse subido de 2 para 53 milhões de contos no mesmo período, crescendo assim 2.050% .

No plano do desenvolvimento, Portugal ostentava uns míseros três mil e quinhentos milhões de contos de Produto Interno Bruto, a que correspondia um rendimento bruto per capita de 408 dólares, o que nos colocaria ao lado da actual Guiné-Equatorial, Gana e Paquistão.

Em 1974, Portugal era um país já sem saída. Num Orçamento de Estado de 53 milhões de contos, 35% iam para o esforço de guerra. Era necessário mudar. A sociedade queria-o, mas não podia. Só os militares o poderiam fazer, cumprindo, mais uma vez, a história da história de Portugal.

2. Os dois «25 de Abril»

Na sequência do 25 de Abril, confirmaram-se os receios manifestos por Salazar, em 1966. Só o Partido Comunista estava organizado. Assim, não lhe foi difícil instaurar um regime pró-comunista em Portugal, face à ingenuidade dos militares de Abril, sobretudo dos General António Spínola e Galvão de Melo. Controlando a área mais extremista de esquerda do MFA (Movimento das Forças Armadas), o Partido Comunista apoderou-se do aparelho de Estado e isolou aqueles dois generais obrigando-os a demitirem-se em 1 de Outubro de 1974. Daí para a frente foi a cavalgada revolucionária comunista.

Em 11 de Março de 1975, através de uma cilada, a Extrema-Esquerda conduziu o General Spínola a um golpe militar, e, com isso, ilegitimou as forças democráticas perante a opinião pública. Quem aproveitou foi o Partido Comunista. Porém, a partir de meados de 1975 veio a ser ele próprio ultrapassado pelos

movimentos sociais de extrema-esquerda, uma vez que, prisioneiro da sua representação na Assembleia Constituinte, tinha de respeitar minimamente a ordem democrática. E assim lho exigiria a União Soviética, como se veio a verificar.

Preocupada com a situação, a NATO começa, em Julho de 1975, a concentrar tropas em Espanha para uma eventual invasão de Portugal e, sob a influência dos Governos Americano, Inglês, Francês e Alemão, mobiliza as forças anti-comunistas - que não todas democráticas -, em Portugal, (Igreja, PS, PPD, CDS e Extrema-Direita) para a luta contra a Esquerda, incluído o Partido Comunista. Face às movimentações anti-comunistas, aquelas forças (de extrema esquerda) tentam, no dia 22 de Novembro de 1975, (após um ultimato do Regimento de Comandos ao Presidente da República, no dia 20, para demitir os Generais Otelo e Fabião), um golpe militar para transformar Portugal numa República Comunista.

Porém, o Partido Comunista resguardou-se (o que permitiu a sua recuperação para o sistema democrático-constitucional) porque a União Soviética, face à organização das forças anti-comunistas, não quis uma guerra civil em Portugal, no seio da NATO (já estava contente com Angola e Moçambique), e não deixou o Partido Comunista apoiar a iniciativa militar, que caiu quase por si.

E assim, foi fácil para aquelas forças sociais e para o Regimento de Comandos da Amadora e outras unidades militares ⁴ devolverem, no dia 25 de Novembro de 1975, o Poder à ordem da ala moderada e democrática do MFA e do então já Grupo dos Nove, garantias, juntamente com os países da Nato, da normalidade do processo democrático, a partir de então, já sob a tutela do Pacto MFA-Partidos e Democracia Representativa da Sociedade Civil, através da representação dos Partidos na Assembleia da República. O período louco (do «PREC», da «revolução», da «mobilização revolucionária», da «participação directa», das «assembleias

populares», dos «julgamentos populares», da «anarquia social e política») ⁵ tinha chegado ao fim. Era tempo de o poder civil se fortalecer e os militares regressarem aos quartéis.

3. As conquistas de Abril

O Movimento do MFA tinha três excelentes propósitos, os famosos três D's: democratizar, desenvolver e descentralizar. Porém, a acção governativa eficaz e sustentada só começaria praticamente com a tomada de posse do Primeiro Governo Constitucional, minoritário, do Governo Socialista, em 23 de Julho de 1976.

De qualquer modo, são evidentes, desde o início do Golpe de Estado, oito prioridades fundamentais, que vão manter-se, com excepção da última, ao longo dos seguintes quinze anos: 1) estabilizar o regime político; 2) desenvolver o sistema educativo; 3) estruturar um sistema de segurança social; 4) desenvolver o sistema de saúde; 5) desenvolver o poder local; 6) estabilizar as finanças públicas; 7) desenvolver a economia; e 8) fazer a reforma agrária.

Durante os seis primeiros anos do novo regime assistimos à sua Primeira-Republicanização ou, se quisermos, à sua Italianização, o que parece de todo em todo normal, correspondendo à necessidade de aprender os caminhos da estabilização do regime democrático. No período a-constitucional, houve seis Governos Provisórios, mais o sétimo, que governaria até à tomada de posse do I Governo Constitucional.

Nos 19 anos seguintes, mesmo assim, houve 13 Governos Constitucionais, sendo o actual o XIII. Curiosamente, nos últimos dezoito anos, a duração dos governos foi cíclica: dois anos o da AD (1981-83); dois anos o do Bloco Central (PS+PSD), 1983-85; e só os últimos quatro Governos cumpriram o seu mandato: o 10º,

do PSD, intercalar, de dois anos (1985-87); o 11º, do PSD, de 4 anos (1987-1991); o 12º, do PSD, de 4 anos (1991-1995); e o 13º, do PS, de 4 anos (1995-1999).

A «italianização» do regime, nos seus primeiros anos, fez emergir o papel do Presidente da República, já que este era o único órgão de soberania que cumpria os seus mandatos, de cinco anos. Na prática, foi ele, Ramalho Eanes, o garante da estabilidade política do país, entre 1976 e 1986, dando ainda posse ao primeiro Governo do ciclo da estabilidade política e económica de Portugal, em Outubro de 1985, já com as ajudas fundamentais da então Comunidade Económica Europeia, hoje Comunidade Europeia. Entre 1978 e 1979, teve de ser mesmo ele a governar, contra o Parlamento, nomeando três Governos de iniciativa presidencial. Era o tempo em que a crise económica era de tal forma grave que já nenhum partido político queria formar governo.

Este ciclo inverteu-se em finais de 1979, sendo eleito um governo maioritário da Aliança Democrática (AD), que tomou posse em 4/1/80. Porém, o Primeiro Ministro, Sá Carneiro morreu num acidente de aviação, em plena campanha para as eleições presidenciais de Dezembro de 1980. Dissolvido o Parlamento, a AD voltou a ganhar as eleições, governando com o seu Primeiro Ministro, Pinto Balsemão, até ao Verão de 1983. A crise económica era tão grave que Portugal corria o risco de solvência e bancarrota. E foi necessário um Governo de salvação nacional (1983-85), o Bloco Central (PS+PSD), para estabilizar a economia.

Das oito prioridades estabelecidas em 1974, só uma não foi concretizada: a da reforma agrária, saindo mesmo da agenda política em 1980. Não saiu o objectivo do desenvolvimento agrícola, mas tem de se reconhecer que este domínio foi o maior falhanço do regime saído do «25 de Abril», ainda que, apesar de tudo, se tenha feito bem mais do que no regime anterior.

A economia, num sistema de mercado, era vítima das

nacionalizações, operadas no dia 12 de Março de 1975 e, pior do que isso, era manietada pelo princípio constitucional da propriedade colectiva dos meios de produção, o que impedia a expansão da propriedade privada e das privatizações. Embora a revisão constitucional de 1982 atenuasse um pouco as clivagens entre sector público e privado, a verdade é que só com a revisão de 1989, o problema foi resolvido, devolvendo-se Portugal ao mundo ocidental.

As prioridades mais bem conseguidas terão sido as do Poder Local, do Sistema Educativo, do Sistema de Saúde, do Sistema de Segurança Social e do desenvolvimento da economia, para lá claro, dos regimes de liberdade política, social e cívica (liberdades de associação, de expressão, de reunião, de imprensa, de criação cultural, artística e religiosa) e, desde 1989, do regime de iniciativa privada.

O objectivo da descentralização foi consagrado na autonomia das Autarquias Locais (com orçamento próprio e órgãos próprios eleitos), logo em 1976, graças ao Governo Socialista, e na autonomia das Universidades, a partir de 1979. A par destes dois tipos de descentralização, avançou-se imenso com a descentralização administrativa: criação de empresas públicas e outros institutos públicos, e com a desconcentração administrativa, criando delegações regionais, distritais e concelhias dos serviços centrais. «Abril» caminhou muito bem neste domínio.

No âmbito dos Sistemas Educativo, de Saúde e de Segurança Social, «Abril» quase se cumpriu integralmente, ficando o país limitado apenas nas suas acções pelas suas precárias condições económicas. Assim, ainda faltam escolas, centros de saúde, hospitais, asilos, centros de dia, melhorar as reformas do regime social, faltam estradas, faltam planos de desenvolvimento regional, falta visão de estado para prosseguir uma política equilibradora do território nacional, falta transparência na administração pública, etc. . O ritmo a que se evoluiu foi alucinante e Portugal pode estar

orgulhoso do seu percurso, desde 1974.

Agora, há que iniciar um novo ciclo: concluir a quantidade e apostar na qualidade. Portugal está ainda longe da média europeia no número de médicos por habitante, no número de alunos que frequentam o ensino secundário e no poder de compra das famílias, na defesa do ambiente, na protecção social, no desenvolvimento da economia, mas, sobretudo, no desenvolvimento cultural.

Por outro lado, «Abril» não conseguiu, corrigir as assimetrias regionais e demográficas, nem a desigualdade de oportunidades entre as regiões mais desenvolvidas e as do interior, a que gosto de chamar exterior. A natureza concentracionária da economia capitalista fará com que, na ausência de um verdadeiro planeamento do desenvolvimento regional, tais assimetrias se agravem.

«Abril» ainda não atenuou também o conflito entre classes sociais. Ricos e pobres têm perspectivas diferentes de ver a sociedade e o Estado, para lá, claro, da desigualdade de oportunidades inerente à riqueza e à pobreza. A um ciclo de diminuição da diferença entre ricos e pobres, entre 1974 e 1985, sucedeu-se um ciclo nacional, conjuntural e internacional de agravamento daquelas diferenças.

4. Conclusão: «Abril» valeu a pena

Começam hoje a ouvir-se vozes segundo as quais, se não tivesse havido «25 de Abril» estaríamos na mesma. Para lá, da afirmação clara da impossibilidade científica de se fazer tal afirmação - já que não há elementos de comparação -, **«Abril» vale pelos seus ideais: a liberdade política, a defesa da igualdade de oportunidades, a defesa da solidariedade, da democracia e da diferenciação positiva, e do bem-estar para todos.**

Vale ainda pelo fim da guerra colonial, pelo desenvolvimento que se gerou, na sua sequência, em Portugal, pela

descentralização da administração pública, por uma maior transparência nos serviços públicos, por uma melhor qualidade de vida dos portugueses, em geral.

Ou se partilham estes valores e valoriza-se «Abril» ou não se partilham e vê-se a organização social de acordo com outros valores e interesses. Há que ser-se claro: para valorizar «Abril», é necessário acreditar na democracia e na organização que dela deriva enquanto valor que se assume e se expressa.

De qualquer modo, em 44 anos, o Estado Novo fez subir o Orçamento de Estado 2050%, (de 2 milhões para 53), enquanto que, em apenas 25 anos, «Abril» fê-lo subir 188 679% (de 53 milhões para 10 mil milhões). Isto não diz nada? Argumentam com a inflação? Pois ela, entre 1974 e 1999 só foi de 2.961%. E o ordenado mínimo subiu 5.700%.

Veja-se a diferença entre o crescimento do OE e da inflação. Enquanto que no Estado Novo o OE só cresceu três vezes mais do que a inflação, «Abril» fê-lo crescer 62 vezes mais.

Mas vejamos o Produto Interno Bruto. Hoje ele é de 18 mil milhões de contos, para o país, e de 1.800 contos para cada pessoa. Em 1973, era de 3 mil e quinhentos milhões de contos, para o país, e de 408 contos por pessoa.

Hoje todos os portugueses têm acesso à educação, à saúde, à segurança social. Hoje todos os portugueses podem fazer ouvir a sua voz. Hoje todos os portugueses vivem num país que não está isolado mundialmente, e que é respeitado na ONU, na Comunidade Europeia, no Conselho da Europa, na OSCE, na OCDE.

«Abril» valeu a pena, sim e há que ter a coragem de o afirmar. Há muitos problemas para resolver, é claro. Mas quantos não foram já resolvidos?

¹ Tem havido tentativas várias de denegrir a imagem dos mentores do «Golpe de Estado», atribuindo-lhes razões meramente corporativas. É preciso dizer a verdade: houve, no início, razões corporativas dos Oficiais do Quadro do Exército, protestando pelo facto de o Governo ter decidido recrutar Oficiais para um quadro Complementar do Exército, entre os Milicianos que tivessem prestado duas Comissões no Ultramar. Mas, a partir de Setembro de 1973, a substância do movimento já era política. Eventualmente, o falhanço do Golpe de 16 de Março de 1974 por, entre outras razões, o Centro de Instrução de Operações Especiais de Lamego não ter partido para Lisboa, aprofundou a componente política do movimento.

² Na prática, desde 1928, já que é neste ano que o regime saído do golpe militar de 28 de Maio de 1926 assume características autoritárias. Formalmente, porém, só depois da nomeação de Salazar como Presidente do Conselho de Ministros (1932) e de aprovada a Constituição de 1933.

³ Só os distritos de fronteira (Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja) perderam, entre 1950 e 1991, 35% da sua população, evoluindo de 1.890.000 habitantes em 1950, para 1.236.000 em 1991. Todos os distritos não industrializados viram a sua mão de obra deslocar-se para os grandes centros, fossem os de Portugal, fossem os da Europa. No conjunto de todos os distritos não industrializados, num total de 13 (Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro), Portugal perdeu, entre 1950 e 1991, 16,6% da sua população, evoluindo de 4.283.615 habitantes para 3.569.000. Por aqui se vê que os distritos de fronteira viram o seu despovoamento muito mais agravado.

⁴ Seria injusto não referir aqui o importante papel desempenhado na protecção aérea ao Regimento de Comandos por parte do RAC de Cascais, e na contraposição do Regimento de Cavalaria de Santarém, comandada, mais uma vez, por Salgueiro Maia, ao RALIS, de Lisboa, sem a qual o Regimento de Comandos, em caso de guerra prolongada, teria mesmo de retirar para norte, mas também da Força Aérea fiel à democracia. Seria ainda injusto não referir o movimento das unidades militares do Norte, sob o comando do Brigadeiro Pires veloso, a partir da Cavalaria de Braga e da Artilharia da Serra do Pilar. Foi todo um sistema que funcionou: as Forças Armadas e o Povo. O Regimento de Comandos era apenas o ponta-de-lança. No «Verão Quente de 1975», chegaram ao Regimento de Comandos, na Amadora, mais de 48.000 telegramas de apoio. Foi por eles que os Comandos se sentiram mandatados para impôr o ultimato ao General Costa Gomes.

⁵ Cito apenas algumas das expressões mais usadas para caracterizar este período.